



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 077/2017

ESTABELECE NORMAS PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SECTI, COM BASE NA LEI Nº 9.971/2012 E ARTIGO 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 809/2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, no uso da atribuição legal que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, alínea "o", faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado, com base na Lei 9.971/2012, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 28/12/2012, e Lei Complementar nº 809 publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 24/09/2015, destinado à formação de cadastro de reserva, com a finalidade de contratação em caráter temporário, para o cargo de Técnico de Nível Médio/Especialidade Edificações, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1 - O Processo Seletivo Simplificado destina-se à formação de cadastro de reserva (CR) para contratação em regime de designação temporária para atender às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), de acordo com o número de vagas, e cargos descritos no item 3 deste Edital e cadastro de reserva (CR) conforme oportunidade e conveniência da administração.
- a) Compreende-se como processo de seleção: inscrição, classificação, convocação e contratação, nos termos deste Edital;
 - b) Caberá à comissão do Processo Seletivo, instituída pela SECTI, pela Portaria 047-S de 27/06/2017, a execução das etapas, bem como a coordenação geral do processo de seleção de que trata o caput deste artigo;
 - c) A SECTI dará ampla divulgação às etapas de classificação, chamada e contratação do processo seletivo através de publicação no Diário Oficial do Estado e nos sites www.seleção.es.gov.br;
 - d) O cronograma das etapas deste processo seletivo é o constante no **Anexo I** deste Edital.
 - e) Os servidores públicos contratados ficarão localizados no município de Vitória, na sede da secretaria, mas deverão estar disponíveis para realizar viagens dentro do território estadual.
 - f) As vagas referentes ao cadastro de reserva serão preenchidas por Interesse, conveniência e oportunidade da Administração.

2- DA FONTE DE RECURSOS

2.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão à conta do orçamento próprio da SECTI, Programa de trabalho 1032101.1922.0800.29095 - Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais, natureza de despesa nº 3.1.90.04.00 - Fonte: 0101.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

3. DOS CARGOS, ATRIBUIÇÕES, REQUISITOS PARA INVESTIDURA, REMUNERAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO E VAGAS:

Os cargos, atribuições, requisitos para investidura, remuneração, jornada de trabalho e número de vagas objeto deste processo seletivo simplificado são aqueles descritos conforme segue:

Cargo/Especialidade	Requisitos	Quantidade de vagas
3.1. Técnico nível médio/ Especialidade III	Formação técnica nível médio em Edificações com registro no conselho de classe e experiência comprovada de 2 anos completos na administração pública <u>ou</u> 3 anos completos na iniciativa privada no cargo.	1 + CR

3.1- TÉCNICO NÍVEL MÉDIO/ ESPECIALIDADE III

CARGO: Técnico de nível médio

REMUNERAÇÃO: R\$ 2.173,60 (dois mil cento e setenta e três reais e sessenta centavos) + R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) de Auxílio Alimentação, pago em forma de pecúnia.

NÚMERO DE VAGAS: 01 (um) + Cadastro de Reserva

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40h

ATRIBUIÇÕES: Prestar suporte e apoio técnico especializado às atividades técnicas de engenharia; prestar suporte e apoio técnico a fiscalização de obras e elaboração de projetos/estudos/planos de engenharia; elaborar, auxiliar e/ou analisar levantamento de quantitativo e custos de serviços; auxiliar no controle físico-financeiro dos serviços contratados e executados por empresas contratadas; auxiliar na coleta e cotação de preços junto a fornecedores de produtos e serviços; elaborar planilhas orçamentárias e outras atividades correlatas.

4. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os contratados prestarão serviços na sede da SECTI localizada na cidade de Vitória/ES, podendo haver deslocamentos para todo o Estado do Espírito Santo.

5- DO CONTRATO DE TRABALHO

5.1- A vigência do contrato de trabalho será de 12 (doze) meses prorrogável por até 36 (trinta e seis) meses.

5.2 - Além da remuneração informada no item 3.1 supracitado, o contratado fará jus:

I - décimo terceiro salário proporcional ao tempo de serviço;

II - gozo de férias nas hipóteses de contratos com prazo superior a 12 (doze) meses;

III - indenização e adicional de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado;

IV - repouso semanal remunerado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

V - vale transporte, na forma da Lei.

6. DA INSCRIÇÃO:

6.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o presente Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

6.2. As inscrições serão realizadas exclusivamente por meio eletrônico, devendo o candidato acessar o site www.selecao.es.gov.br a partir das 10 horas do dia 30 de outubro de 2017 até às 17:00 horas do dia 06 de novembro, observado o horário oficial de Brasília/DF.

6.2.1 . Não serão aceitas inscrições incompletas, condicionais, via fax, por correspondências ou outra forma aqui não prevista ou ainda fora do prazo estabelecido no item 6.2.

6.3 São requisitos para a inscrição:

I – Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal.

II – Ter, na data da assinatura do contrato, a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

III – Possuir escolaridade e requisitos mínimos exigidos para a contratação, conforme disposto no item 3;

IV – Estar em dia com as obrigações eleitorais e, no caso de candidatos do sexo masculino, com as obrigações militares;

V – Não enquadrar-se nas vedações contidas no inciso XVI, XVII e § 10 do art.37 da Constituição Federal de 1988, alterada pela Emenda Constitucional nº19/98; que trata da acumulação de cargos e proventos de aposentadoria.

VI – Não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, com impedimento de exercer função pública;

VII – Possuir comprovante de inscrição no Conselho Regional de classe, se for o caso. Se o registro profissional for de outro Estado, deverá ter o visto do respectivo Conselho do estado do Espírito Santo.

IX - Apresentar declaração dos bens que constituem o seu patrimônio ou apresentar a declaração de imposto de renda do ano-calendário 2017, exercício financeiro 2016.

6.4. Informar os títulos que possui, conforme quadro de títulos (Anexo II)

6.5 A SECTI não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos.

6.6 O candidato é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo seletivo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do candidato que o tiver apresentado, ou, caso



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

tenha sido selecionado, a extinção do contrato temporário, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.7. As vagas referentes ao cadastro de reserva serão preenchidas por interesse, conveniência e oportunidade da Administração.

6.8 Depois de confirmar a inscrição no sistema, não será possibilitada qualquer alteração, inclusão ou exclusão de informações.

6.9. Serão eliminados os candidatos que não observarem o disposto neste item 6.

6.10. Não serão aceitas inscrições parciais, incompletas ou extemporâneas.

7. DA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO

7.1 O processo seletivo será realizado por meio de **Prova de Títulos**, de caráter classificatório.

7.2. Na prova de títulos serão atribuídos pontos obedecendo a critérios definidos no **Anexo II – Quadro de Títulos** deste Edital: Qualificação Profissional e Experiência Profissional.

7.2.1. Para a avaliação da **QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** por meio de apresentação de títulos serão aceitos os seguintes documentos comprobatórios:

a) Diploma de curso de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) ou certidão de conclusão do curso na versão original e histórico escolar, emitido por instituição credenciada no MEC.

b) Diploma de curso de técnico (nível médio) e/ou certidão de conclusão do curso na versão original e histórico escolar, emitido por instituição credenciada no MEC.

c) Certificado de cursos extracurriculares citados no anexo II, contemplando o nome do aluno, curso, carga horária, período de realização e conteúdo programático.

7.2.2 A documentação a que se referem os itens de “a” a “c”, deverão conter obrigatoriamente atos de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso e credenciamento da Instituição de Ensino.

7.2.3 A documentação a que se refere o item “c” deverá conter obrigatoriamente identificação da instituição formadora, período de realização, carga horária e conteúdo programático.

7.2.4. Para efeito de pontuação referente à **QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** serão aceitos até 01 (um) certificado para cada curso apresentado no Anexo II.

7.2.5. Em caso de cursos realizados no exterior será exigida a revalidação dos documentos pelo órgão competente, conforme dispõe o art. 48 § 2º e §3º da Lei 9394/96.

7.2.6. Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) só serão considerados se cumpridas as exigências do Conselho Nacional de Educação (CNE), de acordo com a Resolução 01, de 03/04/2001, alterada pela Resolução nº 01/07.

7.2.7. Para a avaliação da **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL** serão aceitos os seguintes documentos comprobatórios:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

I – Para exercício de atividade em instituição pública:

- a) Documento expedido pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, emitido pelo setor de Recursos Humanos da instituição, que informe o período (início e fim, ou até a data da expedição da declaração), **atividades desempenhadas** e cargo ocupado;
- b) No caso de exercício de atividade por meio de contrato por designação temporária, apresentar o contrato de prestação de serviço.

II – Para exercício de atividade em empresa/instituição privada:

- a) Cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as seguintes páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (início e fim do período) e qualquer outra página que auxilie na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa. No caso de exercício de atividade por meio de contrato temporário, apresentar o contrato de prestação de serviço.
- b) Declaração devidamente assinada pelo responsável, contendo obrigatoriamente o CNPJ da empresa, o nome do cargo ocupado pelo candidato e suas atribuições. No caso de empresa privada prestadora de serviço para órgão público, a declaração deverá conter essa informação.

III - Para exercício de atividade na qualidade de dono/sócio de empresa:

- a) Contrato social da empresa e alterações atualizadas e/ou certidão simplificada da Junta Comercial;
- b) Registro no respectivo conselho de classe (se for o caso) que comprove a responsabilidade técnica compatível com a atividade relacionada à vaga pretendida; constando obrigatoriamente, além dos dados do profissional, período de realização das atividades com data de início e de fim e atividade técnica;

IV - Para exercício de atividade/serviços prestados como autônomo:

- a) Contrato de prestação de serviço contemplando, no mínimo, os dados do profissional, da contratada e período inicial e final da prestação do serviço;
- b) Anotação de responsabilidade técnica registrada no Conselho de Classe, se for o caso, que comprove a responsabilidade compatível com a atividade relacionada à vaga pretendida.

7.2.8 É vedada a formalização do contrato de candidato enquadrado no item 7.2.7 - III, que mantenha vínculo com a empresa.

7.2.9 É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, emprego ou função.

7.2.10 Não serão considerados para fins de comprovação de exercício profissional: estágios obrigatórios ou não obrigatórios, serviços voluntários.

7.2.11 Somente será considerada como experiência profissional, aquela desenvolvida após a data da conclusão do curso técnico exigido como pré-requisito;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

7.3 Serão computados os itens declarados no momento da inscrição e sua comprovação dar-se-á por meio de apresentação da respectiva documentação no momento da chamada e contratação.

7.4 Na hipótese de não comprovação ou de comprovação inadequada dos requisitos mínimos exigidos para o cargo, o candidato será AUTOMATICAMENTE ELIMINADO do processo de seleção.

7.5 Para comprovação de atividades específicas solicitadas no Anexo II o candidato deverá entregar junto com a comprovação de tempo de serviço declaração de com relação das atividades desempenhadas, em papel timbrado da empresa/instituição pública, com data de início e fim das atividades e assinada pelo responsável.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 A lista de classificação dos candidatos será publicada no Diário Oficial do Estado e disponibilizada no site www.selecao.es.gov.br.

8.2. Na hipótese da não comprovação dos itens a serem considerados na prova de títulos, o candidato será automaticamente **RECLASSIFICADO** para o último lugar da lista de classificação.

8.3. Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

- I – Maior pontuação apresentada no item experiência profissional no Anexo II;
- II – Maior pontuação apresentada no item qualificação profissional no Anexo II;
- III- Maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

9. DA CHAMADA DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

9.1 A chamada dos candidatos classificados para comparecimento pessoal obedecerá à ordem de classificação e será publicada no Diário Oficial e no site www.selecao.es.gov.br, de acordo com a classificação decrescente de pontuação e necessidade da Administração, sob a coordenação da comissão do processo seletivo, que manterá toda a documentação e registros em processo destinado a esta finalidade.

9.2. Para fins de atendimento à chamada, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, apresentar a documentação comprobatória dos itens declarados no ato de inscrição, inclusive dos requisitos mínimos através de cópias autenticadas.

9.3. Para comprovação da qualificação profissional declarada serão considerados os critérios estabelecidos nos itens 7.2.1, 7.2.2 e 7.2.3 do presente Edital.

9.4. **Não será computado ponto ao item exigido como requisito de contratação.**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

9.5 A desistência ou o não comparecimento do candidato convocado na data estabelecida pela SECTI, implicará na sua **ELIMINAÇÃO AUTOMÁTICA**.

9.6 De acordo com a Emenda Constitucional nº 59, publicada em 19/11/2008, o profissional contratado em designação temporária não poderá atuar sob direção imediata de cônjuge, companheira (o) ou de parentes de até terceiro grau civil.

9.7 O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para a chamada e formalização do contrato, poderá fazê-lo por procurador legalmente habilitado, que deverá apresentar documento com foto.

9.8 A procuração deverá ser elaborada de acordo com os termos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 654 do Código Civil, inclusive quanto ao reconhecimento de firma.

9.9. Os poderes conferidos ao procurador restringem-se apenas à chamada e formalização do contrato.

9.10 Caso o titular não inicie as atividades na data estabelecida o contrato será automaticamente rescindido.

9.11. Após a chamada inicial, terá continuidade o procedimento de chamada, com rigorosa ordem de classificação para suprimento de vagas remanescentes e das que surgirem no decorrer do período de validade deste processo seletivo.

9.12. Para fins das chamadas de vagas remanescentes e sequenciais poderão ser utilizados meios de comunicação (telefone ou e-mail) fornecidos pelo candidato no ato de inscrição ou publicação de novo Cronograma de Chamada, além da publicação no Diário Oficial do Estado – DIO/ES.

10. DOS RECURSOS

10.1. Os pedidos de recurso acerca do resultado da comprovação de títulos deverão ser dirigidos à Comissão de Coordenação do Processo Seletivo, no prazo de 2 (dois) dias a contar da publicação do resultado da comprovação de títulos.

10.2 O procedimento para envio de recurso será estipulado em documento posterior e disponibilizado no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br.

10.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo, bem como aqueles cujo teor desrespeite a Comissão serão preliminarmente indeferidos.

10.4 Todos os recursos serão analisados e estarão à disposição dos candidatos para conhecimento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

10.5. Não serão aceitos recursos via fax, e-mail, via correio ou enviados após o período estabelecido no item 10.1 deste Edital.

10.6. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A contratação em caráter temporário de que trata este Edital dar-se-á mediante assinatura de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços pela SECTI e pelo profissional contratado.

10.2 O contrato temporário será firmado por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por, até 36 meses, por interesse e necessidade da Administração, conforme previsto no Art. 4º, inciso IV da Lei Complementar nº 809/2015.

10.3. Para efeito de formalização do contrato fica definida a apresentação de cópia legível autenticada em cartório ou do original para conferência e autenticação da cópia dos seguintes documentos:

- I - Registro no conselho regional da categoria profissional;
- II - Carteira de identidade – RG;
- III - CPF ou comprovante de situação cadastral do CPF emitido pelo site da Receita;
- IV - Carteira de trabalho – CTPS (páginas contendo a data de expedição, número e série, dados pessoais e a página onde se efetua o registro de primeiro emprego, mesmo se estiverem em branco);
- V - Certificado de reservista (se do sexo masculino);
- VI - PIS/PASEP (se cadastrado);
- VII - Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral emitida pelo TSE (via internet);
- VIII - Comprovante de residência;
- IX - Certidão de nascimento de filhos dependentes (se houver);
- X - 01 (uma) foto 3X4 recente;
- XI - Comprovante de titularidade conta corrente no BANESTES (se houver);
- XII – Curriculum Vitae;
- XIII – Atestado de médico do trabalho declarando a aptidão do candidato ao desempenho da função profissional;
- XV – Ficha de inscrição gerada pelo sistema eletrônico do Processo Seletivo;
- XVI – Protocolo de solicitação da alteração do contrato social expedida pela Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, para os candidatos que se enquadrem no item 7.2.7, III.
- XVII - Documentação comprobatória de atendimento à condição de portador de deficiência, se for o caso;

10.4 A não apresentação do documento constante no item 10.3, XVI, implicará na sua **ELIMINAÇÃO AUTOMÁTICA**.

11. DA CESSAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

11.1 O contrato firmado extinguir-se-á sem direito a indenização:

- I – Pelo término do prazo contratual;
- II – Por iniciativa do contratado;
- III – Por conveniência da Administração;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

IV – Quando o contratado incorrer em falta disciplinar.

12. DAS IRREGULARIDADES

12.1. Eventuais irregularidades que venham a ser constatadas no processo de seleção e contratação serão objeto de sindicância nos termos da Lei Complementar nº 46/1994.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

13.1. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.

13.2. É facultada à comissão do processo seletivo ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase do processo seletivo, promover diligências com vista a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

13.3. Este processo seletivo terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data da divulgação do resultado final.

13.4 A aprovação neste processo seletivo simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo a ordem de classificação.

13.5 De acordo com a legislação processual civil em vigor fica eleita a Comarca de Vitória como foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente processo seletivo simplificado.

13.6. Os casos omissos serão avaliados pela comissão do processo seletivo e submetidos à apreciação superior.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

ANEXO I
CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

Ação/Atividade	Data
Publicação do Edital de abertura	27/10/2017
Período de Inscrição	30/10/2017 à 06/11/2017
Divulgação da Classificação Geral	08/11/2017
Convocação para Comprovação de Títulos	09 e 10/11/2017
Resultado da Análise da Comprovação de Títulos	14/11/2017
Recurso do Resultado da Comprovação de Títulos	16 e 17/11/2017
Divulgação do resultado final	22/11/2017



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

ANEXO II
QUADRO DE TÍTULOS

Técnico nível médio/ Especialidade III	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso livre extracurricular na área de elaboração de planilhas orçamentárias, com duração mínima de 60 horas	5 pontos, limitado a 1 certificado
Curso livre extracurricular em AutoCad, com duração mínima de 40 horas	3 pontos, limitado a 1 certificado
Curso livre extracurricular em Microsoft Excel com duração mínima de 40 horas.	2 pontos, limitado a 1 certificado
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
Exercício de atividade profissional no apoio técnico em elaboração de planilhas orçamentárias	1 ponto a cada ano completo trabalhado, limitado a 30 pontos.
Exercício de atividade profissional no apoio técnico em elaboração de Projetos Civil.	2 pontos a cada ano completo trabalhado, limitado a 30 pontos.

Vitória, 26 de outubro de 2017.

VANDERSON ALONSO LEITE
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional